

## FICHA TÉCNICA

Título original: *This Changes Everything*

Autora: *Naomi Klein*

Copyright © 2014 by Naomi Klein

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2016

Tradução: *Ana Cristina Pais*

Revisão técnica: *Carlos Braga*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo – Artes Gráficas, Lda.*

Depósito legal n.º 401 169/15

1.ª edição, Lisboa, fevereiro, 2016

Reservados todos os direitos  
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO — De uma maneira ou de outra, tudo muda....	11
--	----

## PARTE UM MAU TIMING

1 O que tem de ser tem muita força: o poder revolucionário das alterações climáticas.....	47
2 Dinheiro «quente»: como o fundamentalismo do mercado livre contribuiu para o sobreaquecimento do planeta.....	87
3 Público e pago: ultrapassar os bloqueios ideológicos à próxima economia .....	124
4 Planeamento e proibição: uma palmada na mão invisível, construir um movimento .....	153
5 Para além do extrativismo: confrontar o negacionista climático que há em nós.....	201

## PARTE DOIS PENSAMENTO MÁGICO

6 Frutos em vez de raízes: a fusão desastrosa entre as grandes empresas e os grandes grupos verdes.....	235
---	-----

7	Não há messias: não são os multimilionários verdes que nos vão salvar.....	282
8	Obscurecer o Sol: a solução para a poluição é... mais poluição?	313

PARTE TRÊS  
COMEÇAR NA MESMA

9	Blockadia: os novos guerreiros do clima .....	357
10	É o amor que vai salvar este lugar: democracia, desinvestimento e o que conquistámos até agora .....	408
11	Vocês e mais quem?: os direitos indígenas e a capacidade de cumprirmos a nossa palavra .....	443
12	Partilhar o céu: os recursos atmosféricos comuns e a capacidade de pagarmos as nossas dívidas.....	467
13	O direito à regeneração: da extração à renovação.....	503

CONCLUSÃO — os anos de pausa: Tempo q. b. para fazer o impossível.....	539
--	-----

NOTAS.....	560
------------	-----

AGRADECIMENTOS.....	647
---------------------	-----

«Temos de nos lembrar de que a tarefa do nosso tempo ultrapassa em muito as alterações climáticas. Temos de ir mais longe e mais fundo. Para sermos honestos connosco próprios, trata-se, na realidade, de transformar tudo relativamente à forma como vivemos neste planeta.»

Rebecca Tarbotton, diretora executiva da Rainforest Action Network, 1973-2012<sup>1</sup>

«Nos meus livros, imaginei pessoas a salgar a corrente do Golfo, a represar os glaciares que se desprendem da calota polar da Gronelândia, a bombear água do oceano para as bacias secas do deserto do Sara e da Ásia com o fim de criar mares salgados, a bombear gelo derretido da região norte da Antártida para captar água doce, a modificar geneticamente as bactérias para retirarem mais carbono às raízes das árvores, a elevar o nível da Florida 9 m de forma que fique de novo acima da superfície do mar, e (o mais difícil de tudo) a mudar completamente o capitalismo.»

Kim Stanley Robinson, escritora de obras de ficção científica, 2012<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

### DE UMA MANEIRA OU DE OUTRA, TUDO MUDA

«A maioria das projeções em matéria de alterações climáticas parte do princípio de que as alterações futuras — emissões de gases com efeito de estufa, subida das temperaturas e efeitos como a subida do nível do mar — irão acontecer de forma gradual. Uma determinada quantidade de emissão desencadeará uma determinada subida da temperatura, que, por sua vez, desencadeará uma determinada subida, suave e gradual, do nível do mar. No entanto, o registo geológico do clima reflete casos em que uma alteração relativamente pequena num elemento do clima levou a alterações abruptas no sistema como um todo. Por outras palavras, empurrar as temperaturas globais para além de determinados limites pode provocar alterações abruptas, imprevisíveis e potencialmente irreversíveis que têm impactos imensamente perturbadores e em larga escala. Nessa altura, mesmo que não adicionemos mais CO<sub>2</sub> à atmosfera, iniciam-se processos potencialmente imparáveis. Podemos encará-lo como sendo uma avaria súbita do travão e da direção climáticas em que o problema e as respetivas consequências fugiram do nosso controlo.»

Relatório da Associação Americana para o Avanço da Ciência, a maior sociedade científica de âmbito geral do mundo, 2014<sup>1</sup>

«Adoro o cheiro das emissões.»

Sarah Palin, 2011<sup>2</sup>

Ouviu-se uma voz pelo intercomunicador: solicita-se aos passageiros do voo 3935, com partida prevista de Washington, DC, com destino a Charleston, na Carolina do Sul, que recolham a bagagem de mão e saiam do avião.

Os passageiros desceram as escadas e reuniram-se no asfalto quente. Aí viram algo pouco habitual: as rodas do jato da US Airways tinham afundado no pavimento preto como se fosse cimento fresco. Na verdade, as rodas estavam enterradas tão fundo que o camião que chegou para rebocar o avião não foi capaz de as soltar. A companhia aérea tivera esperança de que, sem o peso acrescido dos 35 passageiros do voo, a aeronave ficasse suficientemente leve para ser puxada. Não ficou. Alguém publicou uma fotografia: «Porque é que o meu voo foi cancelado? Porque Washington está tão quente que o nosso avião afundou 10 cm no pavimento.»<sup>3</sup>

Por fim, foi trazido um veículo maior e mais potente para rebocar o avião e desta vez funcionou; o avião descolou finalmente, com três horas de atraso. Um porta-voz da companhia aérea atribuiu o incidente a «temperaturas muito pouco habituais».<sup>4</sup>

As temperaturas no verão de 2012 foram, efetivamente, invulgarmente altas. (Tal como no ano anterior e no ano seguinte.) E não é nenhum mistério a razão pela qual isso tem vindo a acontecer: a queima pródiga de combustíveis fósseis, precisamente aquilo que a US Airways se propunha e estava empenhada em fazer, não obstante o inconveniente do asfalto a derreter. Esta ironia — o facto de a queima de combustíveis fósseis estar a mudar de forma tão radical o nosso clima que até atrapalha a nossa capacidade de queimar combustíveis fósseis — não impediu os passageiros do voo 3935 de reembarcarem e prosseguirem as respetivas viagens. E as alterações climáticas nem sequer foram mencionadas em nenhuma das principais coberturas noticiosas do incidente.

Não estou em posição de julgar esses passageiros. Todos nós que levamos estilos de vida de grande consumismo, onde quer que residamos, somos, em termos metafóricos, passageiros do voo 3935. Quando confrontados com uma crise que ameaça a nossa sobrevivência enquanto espécie, toda a nossa cultura é continuar a fazer precisamente o que deu origem à crise, só que agora com uma dose extra de empenho à mistura. À semelhança da companhia aérea, que

trouxe um caminhão com um motor mais potente para rebocar o avião, a economia global está a elevar a fasquia das fontes de combustíveis fósseis convencionais para versões ainda mais poluentes e mais perigosas — betume das areias betuminosas de Alberta, petróleo de perfurações em águas profundas, gás da fraturação hidráulica (vulgo *fracking*), carvão de montanhas implodidas, e assim por diante.

Entretanto, cada desastre natural sobrealimentado produz novos instantâneos, plenos de ironia, de um clima cada vez mais inóspito precisamente para as indústrias mais responsáveis pelo seu aquecimento. Como as cheias históricas de 2013 em Calgary, que obrigaram as sedes das empresas petrolíferas que perfuravam as areias betuminosas de Alberta a ficarem às escuras e a enviarem os seus funcionários para casa, ao mesmo tempo que um comboio que transportava produtos petrolíferos inflamáveis oscilava à beira de uma ponte ferroviária que estava a desintegrar-se. Ou a seca que assolou o rio Mississípi no ano anterior, que fez baixar tanto os níveis da água que as barcaças carregadas de petróleo e de carvão ficaram imobilizadas durante dias, enquanto esperavam que o Corpo de Engenheiros do Exército dragasse um canal (tiveram de se apropriar de fundos que estavam destinados à reconstrução no seguimento das cheias históricas do ano anterior ao longo do mesmo curso de água). Ou as centrais elétricas alimentadas a carvão noutras zonas do país que foram temporariamente encerradas porque os cursos de água a que recorriam para arrefecer a respetiva maquinaria ou estavam demasiado quentes ou demasiado secos (ou, em alguns casos, ambas as coisas).

Viver com este tipo de dissonância cognitiva faz parte de estar vivo neste momento perturbador da História, quando uma crise que temos vindo persistentemente a ignorar nos atinge em cheio — e, no entanto, estamos a incrementar a aposta nas coisas que estão a causar a crise.

Eu neguei as alterações climáticas durante mais tempo do que gosto de admitir. Claro que sabia que estavam a acontecer. Não como Donald Trump e os membros do Tea Party, que não se cansam de repetir que a existência continuada do inverno prova que é tudo um embuste. Mas fiquei-me muito pela rama no

que se refere aos pormenores e limitei-me a passar os olhos pela maioria das notícias, em especial as verdadeiramente assustadoras. Disse para mim mesma que a ciência era demasiado complicada e que os ambientalistas estavam a tratar do assunto. E continuei a comportar-me como se o cartão reluzente que tinha na carteira e que atestava o meu estatuto de passageira frequente de «elite» não tivesse mal nenhum.

Muitos de nós somos dados a esta negação das alterações climáticas. Olhamos por um instante e logo a seguir fazemos vista grossa. Ou então olhamos, mas depois transformamos a coisa numa piada («mais sinais do Apocalipse!»). O que é uma outra maneira de fazermos vista grossa.

Ou olhamos, mas contamos a nós próprios histórias reconfortantes sobre como os seres humanos são espertos e hão de fazer um milagre tecnológico que irá absorver em segurança o carvão dos céus ou reduzir, como que por magia, o calor do sol. O que, como acabei por descobrir enquanto pesquisava para este livro, é mais outra maneira de fazermos vista grossa.

Ou olhamos, mas procuramos ser hiper-rationais em relação ao assunto («tendo em conta o dinheiro envolvido, é mais eficiente concentrarmo-nos no desenvolvimento económico do que nas alterações climáticas, uma vez que a riqueza é a melhor proteção dos extremos climatéricos») — como se ter mais uns dólares fizesse muita diferença quando a nossa cidade está submersa. O que é uma maneira de fazer vista grossa, caso se seja um cromo da política.

Ou olhamos, mas dizemos para nós próprios que estamos demasiado ocupados para nos preocuparmos com algo tão longínquo e abstrato — embora tenhamos visto a água na rede do metropolitano da cidade de Nova Iorque, e as pessoas nos telhados em Nova Orleães, e saibamos que ninguém está seguro, muito menos os mais vulneráveis. E apesar de ser perfeitamente compreensível, esta também é uma maneira de fazer vista grossa.

Ou olhamos, mas dizemos para nós próprios que a única coisa que podemos fazer é concentrarmo-nos em nós mesmos. Meditarmos e comprarmos em mercados de agricultores e deixarmos de andar de carro — mas esquecemo-nos de tentar mudar



realmente os sistemas que estão a tornar inevitável a crise, porque é demasiada «má energia» e nunca irá funcionar. E, a princípio, pode parecer que estamos a olhar, porque muitos destes estilos de vida são, efetivamente, parte da solução, mas continuamos a ter um olho muito bem fechado.

Ou talvez até olhemos — com olhos de ver —, mas depois, inevitavelmente, acabemos por esquecer. Lembramo-nos e voltamos a esquecer-nos. As alterações climáticas são assim; é difícil mantê-las na cabeça durante muito tempo. Exibimos esta estranha forma de amnésia ecológica intermitente por razões perfeitamente racionais. Negamo-las porque receamos que deixar entrar a plena realidade desta crise mude tudo. E temos razão.<sup>5</sup>

Sabemos que se prosseguirmos no caminho atual de permitirmos que as emissões aumentem de ano para ano, as alterações climáticas irão mudar tudo no nosso mundo. Muito provavelmente, as grandes cidades irão ficar submersas, as culturas antigas irão ser engolidas pelos mares e há uma probabilidade muito elevada de as nossas crianças passarem uma grande parte da vida delas a fugir e a recuperar de tempestades violentas e de secas extremas. E não temos de fazer nada para ocasionar este futuro. Basta-nos não fazer nada. Basta-nos continuar a fazer o que fazemos agora, seja fiarmos-nos numa solução tecnológica, seja cuidarmos dos nossos jardins ou dizermos a nós mesmos que, infelizmente, estamos demasiado ocupados para lidar com o assunto.

Basta-nos *não* reagir como se isto fosse uma crise alarmante. Basta-nos continuar a negar o quão assustados realmente estamos. E então, aos poucos, teremos chegado ao lugar que mais tememos, a coisa da qual temos andado a desviar os olhos. Não é preciso nenhum esforço adicional.

Há formas de evitar este futuro sombrio ou de, pelo menos, torná-lo muito menos terrível. Mas o senão é que estas também implicam mudar tudo. Para nós, grandes consumidores, implica mudarmos a forma como vivemos, como as nossas economias funcionam, inclusivamente as histórias que contamos sobre o nosso lugar na Terra. A boa notícia é que muitas destas mudanças são claramente não-catastróficas. Muitas são absolutamente empolgantes. Mas eu não soube disso durante muito tempo.

Lembro-me do momento exato em que deixei de desviar os olhos da realidade das alterações climáticas, ou, pelo menos, em que deixei pela primeira vez que os meus olhos se detivessem nela durante um bom bocado. Foi em Genebra, em abril de 2009, e ia encontrar-me com o embaixador da Bolívia na Organização Mundial do Comércio (OMC), que na altura era uma mulher surpreendentemente jovem chamada Angélica Navarro Llanos. Como a Bolívia era um país pobre que tinha um orçamento internacional pequeno, Navarro Llanos juntara recentemente a pasta climática às suas responsabilidades em matéria de comércio. Durante o almoço num restaurante chinês vazio, ela explicou-me (usando os pauzinhos como adereços para fazer um gráfico da trajetória das emissões globais) que considerava as alterações climáticas não só uma ameaça terrível para o seu povo mas também uma oportunidade.

Uma ameaça por razões óbvias: a Bolívia é extraordinariamente dependente dos glaciares no que respeita a água potável e de irrigação e aquelas montanhas cobertas de branco sobranceiras à capital estavam a ficar cinzentas e castanhas a uma velocidade alarmante. A oportunidade, afirmou Navarros Llanos, residia no facto de, uma vez que países como o dela praticamente não tinham contribuído para que as emissões disparassem, estavam em posição de se declararem «credores climáticos», a quem os grandes emissores deviam dinheiro e apoio tecnológico para custear os encargos pesados de suportar mais desastres relacionados com o clima, bem como para os ajudar a desenvolver-se no caminho da energia verde.

Tinha recentemente discursado numa conferência das Nações Unidas sobre o clima em que defendera este tipo de transferências de riqueza e deu-me uma cópia do discurso. «Milhões de pessoas», podia ler-se, «em pequenas ilhas, países menos desenvolvidos, países interiores e comunidades vulneráveis no Brasil, na Índia e na China, e em todo o mundo — sofrem os efeitos de um problema para o qual não contribuíram [...] Se quisermos conter as emissões na próxima década, precisamos de uma mobilização maciça, nunca antes vista na nossa história. Precisamos de um Plano Marshall para a Terra. Este plano tem de mobilizar financiamento e transferência de tecnologia em escalas nunca antes vistas. Tem de implementar

tecnologia em todos os países, no sentido de assegurar que reduzimos as emissões ao mesmo tempo que aumentamos a qualidade de vida das pessoas. Só dispomos de uma década.»<sup>6</sup>

Naturalmente, um Plano Marshall para a Terra seria muito dispendioso — centenas de milhares de milhões, senão mesmo de milhares de biliões de dólares (Navarro Llanos manifestou relutância em dar um número). E seria de pensar que, só o custo seria um entrave ao plano — afinal, estávamos em 2009 e a crise financeira global estava no auge. Contudo, a lógica opressiva da austeridade — a transmissão das dívidas dos banqueiros para o povo sob a forma de despedimentos no setor público, encerramento de escolas e afins — ainda não tinha sido normalizada. Por conseguinte, em vez de tornar menos plausíveis as ideias de Navarro Llanos, a crise tivera o efeito contrário.

Tínhamos todos acabado de ver milhares de biliões de dólares serem mobilizados numa altura em que as nossas elites decidiram declarar uma crise. Se os bancos falissem, disseram-nos, o resto da economia entraria em colapso. Era uma questão de sobrevivência coletiva, por isso havia que arranjar o dinheiro. Durante o processo, foram expostas algumas ficções bastante grandes que estão no centro do nosso sistema económico (Precisam de mais dinheiro? Imprimam-no!). Alguns anos antes, os governos tinham adotado uma abordagem semelhante às finanças públicas no rescaldo dos ataques terroristas de 11 de setembro. Em muitos países ocidentais, no que respeitava a construir o Estado-segurança/vigilância ao nível interno e acenar com a guerra no estrangeiro, os orçamentos nunca pareciam ser problema.

As alterações climáticas nunca receberam o tratamento de crise da parte dos nossos governantes, não obstante o facto de comportarem o risco de destruição de vidas numa escala muito maior do que bancos falidos ou edifícios desabados. Os cortes nas nossas emissões de gases com efeito de estufa, que os cientistas nos dizem ser necessários para reduzir imensamente o risco de catástrofe, são tratados como nada mais do que sugestões amáveis, medidas que podem ser adiadas quase indefinidamente. Claramente, aquilo que é declarado como sendo uma crise é tanto uma expressão de poder e de prioridades como de factos puros e duros. Mas nós não

temos de ser espetadores no meio de tudo isto: os políticos não são as únicas pessoas que têm poder para declarar uma crise. Os movimentos de massas de pessoas comuns também podem fazê-lo.

A escravatura não era uma crise para as elites britânica e americana até que o abolicionismo a transformou numa. A discriminação racial não era uma crise até o movimento dos direitos civis a ter transformado numa. A discriminação sexual não era uma crise até o feminismo a ter transformado numa. O *apartheid* não era uma crise até o movimento antiapartheid o ter transformado numa.

Do mesmo modo, se um número suficiente de nós deixar de fazer vista grossa e decidir que as alterações climáticas são uma crise digna de níveis de resposta ao jeito do Plano Marshall, então estas tornar-se-ão uma e a classe política terá de reagir, quer disponibilizando recursos, quer contornando as regras do mercado livre, que se revelaram tão flexíveis quando os interesses das elites estão em perigo. Ocasionalmente, temos vislumbres deste potencial quando uma crise dá prioridade às alterações climáticas nas nossas mentes durante algum tempo. «O dinheiro não é problema nesta operação de socorro. Seja qual for o dinheiro necessário, ele será gasto», declarou o primeiro-ministro britânico David Cameron — o Senhor Austeridade — quando grandes áreas do seu país estavam submersas em virtude das cheias históricas de fevereiro de 2014 e a opinião pública estava furiosa por o governo dele não estar a fazer mais para ajudar.<sup>7</sup>

Ao ouvir Navarro Llanos descrever a perspetiva da Bolívia, comecei a perceber em que medida as alterações climáticas — quando tratadas como uma verdadeira emergência planetária comparável à subida das águas de cheia — podiam tornar-se uma força galvanizadora para a humanidade, deixando-nos a todos não só mais a salvo das condições climatéricas extremas mas com sociedades que são mais seguras e mais justas em todos os outros aspetos. Os recursos necessários para deixarmos rapidamente os combustíveis fósseis e prepararmo-nos para o mau tempo que há de vir podiam tirar grande parte da humanidade da pobreza, fornecendo serviços atualmente em falta, desde água potável a eletricidade. Esta é uma visão do futuro que vai além da mera sobrevivência ou resistência às alterações climáticas, além da «mitigação» e

«adaptação» às mesmas na linguagem sombria das Nações Unidas. É uma visão em que nós, em termos coletivos, usamos a crise para saltar para algum lugar que, francamente, parece ser melhor do que o sítio onde nos encontramos atualmente.

Após essa conversa, constatei que já não receava mergulhar na realidade científica da ameaça climática. Deixei de evitar os artigos e os estudos científicos e li tudo a que consegui deitar a mão. Deixei igualmente de reservar o problema para os ambientalistas, deixei de dizer para mim mesma que aquilo era problema dos outros, uma tarefa de terceiros. E através de conversas com outras pessoas pertencentes ao movimento crescente pela justiça climática, comecei a ver todas as maneiras como as alterações climáticas se podiam tornar uma força catalisadora de mudança positiva — como podiam ser o melhor argumento que os progressistas alguma vez tinham possuído para exigir a reconstrução e a reanimação das economias locais; para resgatar as nossas democracias da influência empresarial corrosiva; para bloquear novos acordos de comércio livre prejudiciais e reescrever antigos; para investir em infraestruturas públicas insuficientes, como transportes públicos e habitação a preços acessíveis; para recuperar a posse de serviços essenciais, como a energia e a água; para converter o nosso sistema agrícola doente em algo muito mais saudável; para abrir as fronteiras aos migrantes cuja deslocação está ligada aos impactos climáticos; para, finalmente, respeitar os direitos indígenas à terra — as quais iriam ajudar a colocar um ponto final nos níveis grotescos de desigualdade que existem no seio das nossas nações e entre elas mesmo.

E comecei a ver sinais — novas coligações e novos argumentos — que indiciavam como, se estas diversas ligações fossem percebidas em maior escala, a urgência da crise climática podia constituir a base de um poderoso movimento de massas, um movimento que iria entrelaçar todas estas questões aparentemente díspares numa narrativa coerente sobre como proteger a humanidade da devastação de um sistema económico selvaticamente injusto e de um sistema climático desestabilizado. Escrevi este livro porque cheguei à conclusão de que a ação climática pode ser esse tal raro catalisador.

## O choque de um povo

Mas também o escrevi porque as alterações climáticas podem ser um catalisador para uma série de formas muito diferentes e muito menos desejáveis de transformação social, política e económica.

Passei os últimos quinze anos mergulhada em pesquisa sobre sociedades que estão a sofrer choques extremos — causados por colapsos económicos, catástrofes naturais, ataques terroristas e guerras. E analisei profundamente de que modo é que as sociedades mudam nestes períodos de stresse tremendo. De que modo é que estes acontecimentos mudam a perceção coletiva do que é possível, para o melhor, mas, sobretudo, para o pior. Como abordei no meu último livro, *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*, ao longo das últimas quatro décadas, os interesses empresariais exploraram sistematicamente estas várias formas de crise para impor políticas que enriquecem uma pequena elite — suprimindo regulamentos, cortando na despesa social e forçando privatizações em larga escala da esfera pública. Serviram igualmente de pretexto para a repressão extrema das liberdades civis e para violações assustadoras dos direitos humanos.

E há muitos indícios de que as alterações climáticas não serão exceção — de que, em vez de incentivarem soluções que têm uma possibilidade real de evitar o aquecimento catastrófico e proteger-nos de desastres inevitáveis, a crise irá, uma vez mais, ser aproveitada para entregar ainda mais recursos ao tal 1%. Já é possível vislumbrar os primeiros passos deste processo. As florestas comunitárias de todo o mundo estão a ser transformadas em explorações e reservas florestais privatizadas, de modo que os seus proprietários possam receber algo designado por «créditos de carbono», um esquema lucrativo que analisarei mais à frente. Há um comércio florescente de «futuros climáticos», o que permite que as empresas e os bancos apostem em alterações no clima, como se os desastres mortíferos fossem um jogo numa mesa de dados de Las Vegas (entre 2005 e 2006, o mercado de derivados do clima aumentou quase cinco vezes, de 9700 milhões para 45 200 milhões de dólares). As companhias de resseguros mundiais estão a ter milhares de milhões de lucros, em parte devido à venda de novos tipos de

planos de proteção a países em desenvolvimento que praticamente nada contribuíram para criar a crise climática, mas cuja infraestrutura é intensamente vulnerável aos seus impactos.<sup>8</sup>

E, num momento de franqueza, o gigante do armamento Raytheon explicou: «É provável que surjam mais oportunidades de negócio à medida que o comportamento e as necessidades dos consumidores forem mudando em função das alterações climáticas.» Essas oportunidades incluem não apenas mais procura dos serviços privatizados da empresa de resposta a catástrofes como também «procura dos seus produtos e serviços militares, dado que as preocupações com a segurança podem surgir à medida que os efeitos de secas, cheias e tempestades se forem sentindo em virtude das alterações climáticas».<sup>9</sup> Vale a pena lembrarmo-nos disto sempre que se levantarem dúvidas sobre a urgência desta crise: as milícias privadas já se estão a mobilizar.

As secas e as cheias geram todo o tipo de oportunidades de negócio, já para não falar de uma procura crescente de homens armados. Entre 2008 e 2010, deram entrada pelo menos 261 patentes relacionadas com culturas agrícolas «adaptáveis ao clima» — sementes supostamente capazes de resistir a condições climatéricas extremas; dessas patentes, cerca de 80% eram controladas por seis gigantes do agronegócio, incluindo a Monsanto e a Syngenta. Entretanto, a supertempestade Sandy foi uma sorte inesperada para os promotores imobiliários de Nova Jérсия, que receberam milhões de dólares para novas construções em áreas ligeiramente danificadas, ao passo que o pesadelo continua para quem vive nas habitações sociais mais fortemente atingidas, muito à semelhança do que aconteceu no rescaldo do furacão Katrina, em Nova Orleães.<sup>10</sup>

Nada disto surpreende. Encontrar novas maneiras de privatizar os recursos comuns e lucrar com as catástrofes é aquilo para o qual o nosso sistema atual foi construído; entregue a si próprio, não é capaz de mais nada. No entanto, a doutrina de choque não é a única maneira que as sociedades têm de responder a crises. Todos nós assistimos a isso nos últimos anos, altura em que o colapso financeiro que teve início em Wall Street em 2008 se repercutiu no mundo inteiro. Uma subida repentina dos preços dos produtos alimentares ajudou a criar as condições para a Primavera Árabe. As políticas

de austeridade inspiraram movimentos de massas desde a Grécia até à Espanha, passando pelo Chile, pelos Estados Unidos e pelo Quebec. Muitos de nós estamos a ficar muito melhores no que respeita a fazer frente a quem, cinicamente, explora as crises para roubar a esfera pública. E, todavia, esses protestos demonstraram igualmente que dizer «não» não basta. Se os movimentos de oposição quiserem fazer mais do que inflamar-se para se extinguirem logo em seguida, irão necessitar de uma visão abrangente do que deve emergir no lugar do nosso sistema fracassado, assim como estratégias políticas sérias relativamente à forma de atingir esses objetivos.

Os progressistas costumavam saber como fazê-lo. Há uma rica história de grandes vitórias populares em matéria de justiça social e económica no meio de crises em grande escala. Estas incluem, nomeadamente, as políticas do New Deal após o *crash* do mercado de 1929 e o surgimento de inúmeros programas sociais após a Segunda Guerra Mundial. Estas políticas foram tão populares junto dos eleitores que a sua promulgação não exigiu o tipo de estratagemas autoritários que documentei em *A doutrina do choque*. O essencial era construir movimentos de massas musculados capazes de enfrentar quem defendia um *statu quo* falido e que exigiam uma fatia significativamente mais justa do bolo económico para todos. Alguns dos legados duradouros (embora conturbados) destes momentos excepcionalmente históricos incluem: seguro público de saúde em muitos países, pensões de velhice, habitação de renda reduzida e financiamento público das artes.

Estou convencida de que as alterações climáticas constituem uma oportunidade histórica numa escala ainda maior. Como parte do projeto de redução das nossas emissões para os níveis que muitos cientistas recomendam, temos uma vez mais a oportunidade de propor políticas que melhoram drasticamente vidas, diminuem o fosso entre ricos e pobres, criam números elevados de bons empregos e reforçam a democracia a partir do zero. Em vez de ser a expressão máxima da doutrina do choque — um frenesim de apoderamento de novos recursos e repressão —, as alterações climáticas podem ser o Choque do Povo, um golpe vindo de baixo. Podem dispersar o poder para as mãos de muitos, em vez de o consolidar nas mãos de uns quantos, e expandir radicalmente os recursos comuns, em



vez de os leiloar aos pedaços. E onde os doutores do Choque da Direita exploram as emergências (quer reais quer fabricadas) a fim de aprovar políticas que nos tornam ainda mais propensos às crises, as transformações discutidas nestas páginas fariam precisamente o contrário: iriam ao cerne da razão pela qual enfrentamos crises em série, e deixar-nos-iam simultaneamente com um clima mais habitável do que aquele para o qual nos encaminhamos e uma economia muito mais justa do que aquela que presentemente temos.

Porém, antes de quaisquer destas alterações poderem acontecer — antes de podermos acreditar que as alterações climáticas nos podem mudar —, primeiro temos de deixar de fazer vista grossa. «Vocês andam em negociações desde que me conheço.» Foi a afirmação de Anjali Appadurai, estudante universitária canadiana, enquanto fitava os negociadores governamentais reunidos na conferência das Nações Unidas sobre o clima de 2011, em Durban, na África do Sul. Não estava a exagerar. Os governos mundiais andam a falar de prevenir as alterações climáticas há mais de duas décadas; encetaram as negociações no ano em que Anjali (então com 21 anos) nasceu. E, no entanto, como ela referiu no seu discurso memorável no salão de convenções, proferido em nome de todos os jovens que ali estavam reunidos: «Nesse meio tempo, não mantiveram os compromissos, falharam as metas e quebraram promessas.»<sup>11</sup>

Na realidade, o organismo intergovernamental incumbido de evitar níveis «perigosos» de alterações climáticas não só não conseguiu fazer progressos durante os seus vinte e tal anos de trabalho (e mais de 90 reuniões de negociação oficiais desde a adoção do acordo) como supervisionou um processo de retrocesso contínuo. Os nossos governos desperdiçaram anos a falsear números e a discutir sobre as datas de início, tentando sempre obter prolongamentos como se de universitários com trabalhos atrasados se tratassem.

O resultado catastrófico de toda esta mistificação e procrastinação é agora inegável. Dados preliminares revelam que, em 2013, as emissões globais de dióxido de carbono eram 61% mais elevadas do que em 1990, ano em que as negociações com vista a um tratado sobre o clima começaram a sério. Tal como afirma John Reilly, economista do MIT: «Quanto mais falamos sobre a necessidade de

controlar as emissões, mais elas aumentam.» Com efeito, a única coisa que aumenta mais depressa do que as nossas emissões é a produção de palavras que se comprometem a baixá-las. Enquanto isso, a cimeira anual das Nações Unidas sobre o clima, que continua a ser a melhor esperança para um avanço político em matéria de ação climática, começou a parecer menos um fórum de negociações sério e mais uma sessão de terapia de grupo muito dispendiosa e rica em carbono, um lugar para os representantes dos países mais vulneráveis do mundo desabafarem as suas mágoas e ira, enquanto os representantes menos importantes dos países largamente responsáveis pelas suas tragédias olham para o chão.<sup>12</sup>

Tem sido este o estado de espírito desde o colapso da tão aguardada cimeira sobre o clima das Nações Unidas, que teve lugar em 2009, em Copenhaga. Na última noite dessa grande reunião, dei por mim com um grupo de ativistas por justiça climática, incluindo um dos defensores mais importantes da Grã-Bretanha. Ao longo da cimeira, aquele jovem fora a imagem da confiança e da compostura, informando por dia dezenas de jornalistas do que acontecera durante cada ronda de negociações e do que as várias metas de emissões significavam no mundo real. Apesar dos desafios, o otimismo dele em relação às perspetivas nunca esmoreceu. Contudo, assim que acabou e o lastimável acordo estava feito, ele foi-se abaixo diante dos nossos olhos. Sentado num restaurante italiano demasiado iluminado, começou a soluçar descontroladamente. «Achei mesmo que Obama percebia», não se cansava de repetir.

Considero que, nessa noite, o movimento climático atingiu a maioria: foi o momento em que me apercebi realmente de que ninguém nos vinha salvar. Sally Weintrobe, psicanalista e especialista britânica em matéria de clima, descreve o seguinte como o «legado fundamental» da cimeira — a constatação dramática e dolorosa de que os nossos «líderes não estão a tomar conta de nós [...] não estão a tomar conta de nós ao nível da nossa própria sobrevivência».<sup>13</sup> Independentemente da quantidade de vezes que tenhamos ficado desapontados com as falhas dos nossos políticos, esta constatação não deixa de ser um rude golpe. Estamos efetivamente por nossa conta e qualquer fonte credível de esperança nesta crise terá de vir de baixo.

Em Copenhaga, os países que mais poluem — incluindo os Estados Unidos e a China — assinaram um acordo não-vinculativo em que se comprometem a impedir que as temperaturas subam mais de 2 °C acima do patamar onde estavam antes de termos começado a alimentar as nossas economias com carvão. Esta meta bem conhecida, que supostamente representa o limite «seguro» das alterações climáticas, foi sempre uma opção altamente política, que tem mais que ver com minimizar a perturbação económica do que com proteger o maior número de pessoas possível. Quando a meta de 2 °C foi oficializada em Copenhaga, ouviram-se objeções acaloradas da parte de muitos delegados, que declararam que a meta equivalia a uma «pena de morte» para alguns Estados insulares baixos, bem como para grandes áreas da África Subsariana. Na verdade, é uma meta muito arriscada para todos nós: até agora, as temperaturas subiram apenas 0,8 °C e estamos já a sentir muitos impactos alarmantes, incluindo o degelo sem precedentes do manto de gelo da Gronelândia no verão de 2012 e a acidificação dos oceanos muito mais rápida do que o esperado. Permitir que as temperaturas aqueçam mais de duas vezes esse valor irá, sem dúvida, ter consequências perigosas.<sup>14</sup>

Num relatório de 2012, o Banco Mundial abriu o jogo em relação ao que essa meta implicava. «À medida que o aquecimento global se aproxima e ultrapassa os 2 °C, há o risco de serem desencadeados elementos de rutura não-lineares. Os exemplos incluem a desintegração do manto de gelo da Antártida Ocidental, o que leva a uma subida mais rápida do nível do mar, ou a retração da floresta amazónica em larga escala, que afeta drasticamente os ecossistemas, os rios, a agricultura, a produção de energia e os meios de subsistência. Tal iria contribuir ainda mais para o aquecimento global do século XXI e ter impacto em continentes inteiros.»<sup>15</sup> Por outras palavras, assim que permitirmos que as temperaturas ultrapassem um determinado ponto, deixa de estar nas nossas mãos onde é que o mercúrio vai parar.

Mas o problema maior — e a razão pela qual Copenhaga causou um desespero tão grande — é que, como os governos não se comprometeram com metas vinculativas, são livres de ignorar os seus compromissos. Que é precisamente o que está a acontecer.

Com efeito, as emissões estão a aumentar tão depressa que, a menos que alguma coisa mude radicalmente na nossa estrutura económica, 2 °C agora parecem um sonho utópico. E não são só os ambientalistas que estão a dar o alarme. Aquando da publicação do seu relatório, o Banco Mundial também alertou que «estamos a caminhar para um mundo [no final do século XXI] 4 °C mais quente, marcado por ondas de calor extremo, reservas de alimentos em declínio a nível global, perda de ecossistemas e biodiversidade e subida perigosa do nível do mar». E o relatório advertia que «não há igualmente certeza de que a adaptação a um mundo com mais 4 °C seja possível». Kevin Anderson, ex-diretor (atualmente diretor-adjunto) do Centro Tyndall de Investigação para a Mudança Climática, que rapidamente se estabeleceu como uma das principais instituições do Reino Unido em matéria de investigação climática, é ainda mais direto: ele afirma que um aquecimento de 4 °C é «incompatível com qualquer caracterização razoável de uma comunidade global organizada, equitativa e civilizada».<sup>16</sup>

Não sabemos exatamente como seria um mundo com mais 4 °C, mas mesmo a melhor das hipóteses tem probabilidade de ser calamitosa. Mais 4 graus de aquecimento podem subir os níveis globais do mar 1 metro ou talvez mesmo 2 metros até 2100 (e garantiria uma subida de, pelo menos, mais uns quantos metros nos séculos vindouros). Tal iria submergir alguns Estados insulares, como as Maldivas e Tuvalu, e inundar muitas zonas costeiras, desde o Equador ao Brasil e aos Países Baixos, passando por grande parte da Califórnia e da zona nordeste dos Estados Unidos, bem como extensas faixas do sul da Ásia e do Sudeste Asiático. Entre as grandes cidades que provavelmente estariam em risco, contam-se Boston, Nova Iorque, a área metropolitana de Los Angeles, Vancouver, Londres, Bombaim, Hong Kong e Xangai.<sup>17</sup>

Entretanto, ondas de calor brutais capazes de matar dezenas de milhares de pessoas, mesmo em países ricos, tornar-se-iam eventos de verão absolutamente comuns em todos os continentes, com exceção da Antártida. O calor iria igualmente fazer que as culturas alimentares básicas sofressem perdas de produção dramáticas por todo o globo (é possível que o trigo indiano e o milho norte-americano registassem quedas de 60%), isto numa altura em que

a procura irá aumentar em virtude do crescimento da população e de uma procura crescente de carne. E, uma vez que as culturas irão debater-se não só com o stresse provocado pelo calor mas também com eventos extremos como secas extensas, inundações ou surtos de pragas, as perdas podem facilmente acabar por ser mais graves do que os modelos previram. Quando juntamos furacões catastróficos, incêndios florestais devastadores, declínio da pesca, perturbações generalizadas do abastecimento de água, extinções e doenças à escala planetária, torna-se deveras difícil imaginar que fosse possível manter uma sociedade pacífica e ordeira (ou seja, sequer que tal coisa existisse).<sup>18</sup>

E não esquecer que estes são os cenários otimistas em que o aquecimento está mais ou menos estabilizado nos 4 °C e não desencadeia pontos de rutura para lá dos quais o aquecimento seria descontrolado. Com base nos modelos mais recentes, está a tornar-se mais certo assumir que 4 °C podem originar uma série de circuitos de retroalimentação extremamente perigosos — um Ártico amiúde sem gelo em setembro, por exemplo, ou, de acordo com um estudo recente, vegetação global que está demasiado saturada para funcionar como «sumidouro» fiável, o que faz que haja maior emissão de carbono, em vez de armazenamento. Quando isto acontece, praticamente desaparece qualquer esperança de prever impactos. E este processo pode estar a começar mais cedo do que todos previram. Em maio de 2014, cientistas da NASA e da Universidade da Califórnia, em Irvine, revelaram que o degelo dos glaciares numa região da Antártida Ocidental mais ou menos do tamanho da França atualmente «afigura-se imparável». Isto provavelmente significa uma condenação à morte para todo o manto de gelo da Antártida Ocidental, o que, segundo o principal autor do estudo, Eric Rignot, «é acompanhado por uma subida do nível do mar entre 3 metros e 5 metros. Tal ocorrência desalojaria milhões de pessoas em todo o mundo». No entanto, a desintegração poderia desenrolar-se durante séculos e ainda há tempo para as reduções de emissões abrandarem esse processo e evitarem o pior.<sup>19</sup>

Muito mais assustador do que tudo isto é o facto de muitos dos principais analistas julgarem que, na nossa trajetória atual de emissões, nos encaminhamos para mais de 4 °C de aquecimento.

Em 2011, a habitualmente calma Agência Internacional de Energia (AIE) publicou um relatório onde dizia que, na realidade, estamos a caminhar para os 6 °C de aquecimento. E, nas palavras do economista-chefe da AIE: «Toda a gente sabe, incluindo as crianças do ensino básico, que tal terá implicações catastróficas para todos nós.» (As evidências indicam que 6 °C de aquecimento provavelmente irão desencadear vários grandes pontos de rutura — não só aqueles mais lentos, como a já referida desagregação do manto de gelo da Antártida Ocidental, mas possivelmente mais abruptos, como libertações maciças de metano do gelo perpétuo do Ártico.) O gigante de consultoria PricewaterhouseCoopers publicou igualmente um relatório a avisar as empresas de que nos encaminhamos para «4 °C, ou mesmo 6 °C,» de aquecimento.<sup>20</sup>

Estas várias projeções equivalem a todos os alarmes da sua casa dispararem em simultâneo. E depois todos os alarmes da sua rua também dispararem, um a um. Significam, muito simplesmente, que as alterações climáticas se tornaram uma crise existencial para a espécie humana. O único precedente histórico de uma crise desta natureza e magnitude foi o medo que havia durante a Guerra Fria de que estivéssemos a caminhar para o holocausto nuclear, o que teria tornado grande parte do planeta inabitável. Mas isso era (e continua a ser) uma ameaça, uma pequena possibilidade, caso a geopolítica fique fora de controlo. A vasta maioria dos cientistas nucleares nunca nos disse que íamos quase com toda a certeza colocar a nossa civilização em perigo se continuássemos a fazer a nossa vidinha como se nada fosse, a fazer precisamente o que já fazíamos, que é o que os cientistas do clima nos andam a dizer há anos.

Tal como a climatóloga da Universidade Pública do Ohio Lonnie G. Thompson, uma especialista de renome mundial no domínio do degelo dos glaciares, explicou em 2010: «Os climatólogos, à semelhança dos outros cientistas, tendem a ser um grupo imperturbável. Não somos dados a perorações teatrais sobre o final dos tempos. A maioria de nós sente-se mais confortável nos nossos laboratórios ou a recolher dados no terreno do que a dar entrevistas a jornalistas ou a falar perante comissões do Congresso. Então por que razão é que os climatólogos se estão a manifestar sobre os perigos do aquecimento

global? A resposta é que praticamente todos nós estamos agora convencidos de que o aquecimento global constitui um perigo claro e iminente para a civilização.»<sup>21</sup>

Mais claro não pode ser. E, no entanto, em vez de ficarmos alarmados e fazermos tudo o que está ao nosso alcance para mudar de rumo, grande parte da humanidade prossegue, de forma bastante consciente, pelo mesmo caminho. Só que, tal como os passageiros a bordo do voo 3935, auxiliada por um motor mais potente e mais poluente.

Que se passa connosco?

### *Péssimo timing*

Muitas respostas foram dadas a esta pergunta, desde a extrema dificuldade que é conseguir que todos os governos do mundo concordem com alguma coisa, a uma ausência de soluções tecnológicas concretas, a algo profundo na nossa natureza humana que nos impede de agir perante ameaças aparentemente longínquas, à — mais recentemente — alegação de que, assim como assim, estragámos tudo e que não merece a pena fazer muito mais para além de apreciar a paisagem durante a queda.

Algumas destas explicações são válidas, mas todas elas são, em última análise, inadequadas. Vejamos a afirmação que diz que é muito difícil tantos países concordarem num rumo a seguir. É difícil. Mas muitas vezes no passado, as Nações Unidas ajudaram governos a unirem-se para enfrentarem desafios transfronteiriços espinhosos, desde a destruição da camada de ozono à proliferação nuclear. Os acordos a que se chegou não foram perfeitos, mas foram um progresso real. Além disso, durante os mesmos anos em que os nossos governos não foram capazes de aprovar um quadro jurídico rigoroso e vinculativo com vista à redução das emissões, supostamente porque a cooperação era demasiado complexa, conseguiram criar a Organização Mundial do Comércio — um intrincado sistema global que regula o fluxo de produtos e serviços ao nível planetário, no âmbito do qual as regras são claras e quaisquer violações severamente penalizadas.

A afirmação de que fomos refreados pela ausência de soluções tecnológicas já não convence. A energia de fontes renováveis como

o vento e a água precede a utilização de combustíveis fósseis e está a tornar-se mais barata, mais eficiente e mais fácil de armazenar de ano para ano. As últimas duas décadas assistiram à explosão do engenhoso conceito de desperdício zero, bem como ao planeamento urbano verde. Não só possuímos as ferramentas técnicas para abandonar os combustíveis fósseis, como também possuímos infindáveis pequenas bolsas em que estes modos de vida com baixas emissões de carbono foram testados com tremendo sucesso. E, no entanto, continua a escapar-nos o tipo de transição em larga escala que nos daria uma hipótese coletiva de evitar a catástrofe.

Será apenas a natureza humana que nos refreia? Na realidade, nós humanos já demonstrámos muitas vezes estar dispostos a sacrificar-nos coletivamente face a ameaças, sendo o exemplo mais conhecido a adoção do racionamento, dos jardins da vitória e dos títulos da vitória durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Com efeito, a fim de promover a poupança de combustível durante a Segunda Guerra Mundial, o uso do automóvel não estritamente necessário foi praticamente eliminado no Reino Unido e, entre 1938 e 1944, a utilização dos transportes públicos subiu 87% nos Estados Unidos e 95% no Canadá. Em 1943, vinte milhões de lares norte-americanos — o que corresponde a três quintos da população — cultivavam jardins da vitória e as suas produções representaram 42% dos produtos hortícolas frescos consumidos nesse ano. Curiosamente, todas estas atividades juntas reduzem drasticamente as emissões de carbono.<sup>22</sup>

Sim, a ameaça da guerra afigurava-se imediata e concreta, mas o mesmo acontece com a ameaça colocada pela crise climática, a qual provavelmente já contribuiu substancialmente para as catástrofes de grandes proporções em algumas das maiores cidades do mundo. Ainda assim, tornámo-nos brandos desde esses dias de sacrifício em tempo de guerra, não tornámos? Os seres humanos modernos são demasiado egocêntricos, demasiado viciados no prazer, para viverem sem plena liberdade de satisfazerem todos os seus caprichos — pelo menos é isso que a nossa cultura nos diz todos os dias. Porém, a verdade é que continuamos constantemente a fazer sacrifícios coletivos em nome de um bem maior abstrato. Sacrificamos as nossas pensões, os nossos direitos laborais conquistados com muito esforço, os nossos programas artísticos e pós-escolares. Mandamos



os nossos filhos aprender em salas de aula cada vez mais lotadas, conduzidas por professores cada vez mais arrasados. Aceitamos que temos de pagar drasticamente mais pelas fontes de energia destrutivas que movem os nossos transportes e as nossas vidas. Aceitamos que o preço dos bilhetes de autocarro e de metropolitano não pare de aumentar, ao mesmo tempo que o serviço não melhora nem piora. Aceitamos que a educação numa universidade pública redunde numa dívida que demore metade da vida a pagar quando tal coisa era inédita há uma geração. No Canadá, onde vivo, estamos em vias de aceitar que a nossa correspondência já não pode ser entregue nas nossas casas.

Os últimos trinta anos têm sido um processo contínuo em que obtemos cada vez menos da esfera pública. Tudo isto em nome da austeridade, a atual justificação para as exigências intermináveis de sacrifício coletivo. No passado, outras palavras e expressões, igualmente abstraídas do quotidiano, serviram um objetivo idêntico: equilíbrio orçamental, maior eficiência, fomento do crescimento económico.

Quer-me parecer que, se os seres humanos são capazes de sacrificar este benefício tão coletivo em nome da estabilização de um sistema económico que torna a vida quotidiana tão mais dispendiosa e precária, seguramente deviam ser capazes de fazer algumas mudanças de vida importantes a bem da estabilização dos sistemas físicos dos quais depende toda a vida. Sobretudo porque muitas das mudanças que têm de ser feitas para reduzir drasticamente as emissões iriam igualmente melhorar em termos materiais a qualidade de vida para a maioria das pessoas no planeta — desde permitir que as crianças em Pequim brincassem na rua sem usar máscaras antipoluição à criação de bons empregos para milhões em setores de energia limpa. Parece não haver escassez de incentivos a curto e médio prazos para fazer o que está certo pelo nosso clima.

O tempo escasseia. Mas podíamos empenhar-nos, amanhã, em cortar drasticamente as nossas emissões de combustíveis fósseis e começar a mudar para fontes de energia com teor zero de carbono baseadas em tecnologias renováveis, com uma transição total em curso nesta década. Temos as ferramentas para o fazer. E se o fizéssemos, ainda assim os mares não deixariam de subir e as tempestades não deixariam de se fazer sentir, mas teríamos uma hipótese muito

maior de evitar um aquecimento verdadeiramente catastrófico. Aliás, podiam salvar-se nações inteiras das ondas. Nas palavras de Pablo Solón, ex-embaixador da Bolívia nas Nações Unidas: «Se lhe incendiasse a casa, o mínimo que podia fazer era recebê-lo na minha... e, se o fizesse neste preciso momento, devia tentar apagar já o fogo.»<sup>23</sup>

Mas não estamos a apagar o fogo. Na verdade, estamos a regá-lo com gasolina. Após um raro declínio em 2009 decorrente da crise financeira, as emissões globais aumentaram uns impressionantes 5,9% em 2010 — a maior subida absoluta desde a Revolução Industrial.<sup>24</sup>

Portanto, a minha mente volta sempre à pergunta: que se passa connosco? O que é que está realmente a impedir-nos de apagar o fogo que ameaça arrasar a nossa casa coletiva?

Julgo que a resposta é muito mais simples do que muita gente nos levou a crer: não fizemos as coisas que são necessárias para baixar as emissões porque essas coisas entram fundamentalmente em conflito com o capitalismo desregulado, a ideologia reinante em todo o tempo durante o qual nos temos esforçado por encontrar uma saída desta crise. Estamos encahalados porque as ações que nos iriam dar a melhor hipótese de evitar uma catástrofe — e que iriam beneficiar a vasta maioria — são extremamente ameaçadoras para uma elite minoritária que tem o domínio sobre a nossa economia, o nosso processo político e a maior parte dos nossos principais meios de comunicação. Esse problema poderia não ter sido intransponível caso se tivesse colocado noutra momento da nossa história. Porém, para nosso grande azar coletivo, a comunidade científica fez o seu diagnóstico decisivo da ameaça climática no preciso momento em que essas elites gozavam de poder político, cultural e intelectual mais descontrolado do que em qualquer momento desde a década de 1920. Na verdade, os governos e os cientistas começaram a falar a sério sobre cortes radicais nas emissões de gases com efeito de estufa em 1988 — precisamente o ano que marcou a aurora do que veio a ser designado «globalização», com a assinatura do acordo que constitui a maior relação bilateral de comércio do mundo entre o Canadá e os Estados Unidos e que, posteriormente, seria alargado para o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) com a inclusão do México.<sup>25</sup>

Quando os historiadores olharem para o último quarto de século de negociações internacionais, há dois processos cruciais que se irão destacar. O processo climático: que lutou, cambaleante, e falhou redondamente os seus objetivos. E o processo de globalização empresarial, meteórico de vitória em vitória: desde aquele primeiro acordo de comércio livre à criação da Organização Mundial do Comércio, passando pela privatização em massa das economias da antiga União Soviética até à transformação de grandes partes da Ásia em extensas zonas de comércio livre e ao «ajustamento estrutural» de África. O processo teve alguns contratemplos, é certo — por exemplo, resistência popular que atrasou rondas comerciais e acordos de comércio livre. Mas o que continuou a ter sucesso foram os alicerces ideológicos de todo o projeto, que nunca foram realmente sobre transacionar produtos além-fronteiras — vender vinho francês no Brasil, por exemplo, ou *software* norte-americano na China. Foi sempre sobre usar estes acordos abrangentes, assim como uma série de outras ferramentas, para impor um quadro político global que proporcionava a máxima das liberdades às empresas multinacionais para produzirem os seus bens o mais barato possível e vendê-los com a menor regulação possível — ao mesmo tempo que pagavam o mínimo possível em impostos. Foi-nos dito que a concessão desta lista de desejos empresarial iria estimular o crescimento económico, o que acabaria por nos beneficiar a todos. Os acordos de comércio tinham importância apenas na medida em que representavam, e articulavam de forma simples, esta agenda muito mais alargada.

Os três pilares da política desta nova era são-nos familiares a todos: privatização da esfera pública, desregulação do setor empresarial e tributação mais baixa das empresas, paga através dos cortes na despesa pública. Muito se tem escrito sobre os custos efetivos destas políticas — a instabilidade dos mercados financeiros, os excessos dos super-ricos e o desespero dos cada vez mais descartáveis pobres, bem como o estado decadente das infraestruturas e serviços públicos. Contudo, muito pouco se tem escrito sobre a forma como o fundamentalismo de mercado tem, desde a primeira hora, sabotado sistematicamente a nossa resposta coletiva às alterações climáticas, uma ameaça que veio bater à porta precisamente quando esta ideologia estava a atingir o auge.

O problema fulcral era o facto de o domínio que a lógica de mercado exercia sobre a vida pública durante este período fazer parecer uma heresia política as respostas climáticas mais diretas e óbvias. Como, por exemplo, é que as sociedades podiam investir maciçamente em serviços e infraestruturas públicos com teor zero de carbono numa altura em que a esfera pública estava a ser sistematicamente desmantelada e privatizada? Como é que os governos podiam regular, tributar e penalizar pesadamente as empresas de combustíveis fósseis quando todas essas medidas estavam a ser tratadas como resquícios do comunismo «do comando e do controlo»? E como é que o setor das energias renováveis podia receber os apoios e as proteções de que necessitava para substituir os combustíveis fósseis quando o «proteccionismo» se transformara numa palavra feia?

Um tipo diferente de movimento climático teria tentado desafiar a ideologia extrema que estava a bloquear medidas tão sensatas, aliando-se a outros setores para mostrar como o poder empresarial sem restrições constituía uma ameaça séria à habitabilidade do planeta. Em vez disso, grande parte do movimento pelo clima desperdiçou décadas preciosas a tentar fazer que a quadratura da crise climática entrasse no círculo do capitalismo desregulado, buscando permanentemente maneiras de o problema ser resolvido pelo próprio mercado. (Embora só passados alguns anos após o início deste projeto é que eu tenha descoberto a extensão do conluio entre grandes poluidores e os grandes grupos verdes.)

Todavia, o bloqueio a uma ação climática forte não foi a única forma que o triunfo do fundamentalismo de mercado teve de aprofundar a crise neste período. De forma ainda mais direta, as políticas que com tanto sucesso libertaram as multinacionais de praticamente todas as limitações também contribuíram significativamente para a causa subjacente do aquecimento global — as emissões crescentes dos gases com efeito de estufa. Os números são surpreendentes: na década de 1990, quando o projeto de integração dos mercados arrancou, as emissões globais aumentavam uma média de 1% ao ano; no ano 2000, com os «mercados emergentes» como a China agora plenamente integrados na economia mundial, o aumento das emissões acelerara desastrosamente, atingindo a taxa anual de aumento de 3,4% ao ano durante grande parte da década. Essa rápida taxa

de aumento continua até aos dias de hoje, tendo sido interrompida apenas brevemente em 2009 pela crise financeira mundial.<sup>26</sup>

Agora, olhando para trás, é difícil perceber como poderia ter sido de maneira diferente. As duas marcas desta época foram a exportação em massa de produtos através de vastas distâncias (queimando carbono sem parar ao longo de todo o caminho) e a importação de um modelo singularmente desperdiçador de produção, consumo e agricultura para todos os cantos do mundo (também baseado na queima pródiga de combustíveis fósseis). Por outras palavras, a libertação dos mercados mundiais, um processo impulsionado pela libertação da terra de quantidades sem precedentes de combustíveis fósseis, acelerou dramaticamente o mesmo processo que está a erradicar o gelo ártico da face da terra.

Consequentemente, agora encontramos-nos numa posição muito difícil e ligeiramente irónica. Por causa dessas décadas de emissão intensiva, precisamente quando era suposto estarmos a reduzi-la, aquilo que temos de fazer para evitar o aquecimento catastrófico já não está apenas em conflito com a estirpe específica de capitalismo desregulado que triunfou na década de 1980. Está agora em conflito com o imperativo fundamental que se encontra no cerne do nosso modelo económico: crescer ou morrer.

Quando o carbono é emitido para a atmosfera, por lá fica durante centenas de anos, algum até mais tempo, aprisionando calor. Os efeitos são cumulativos, tornando-se mais graves com o passar do tempo. E segundo especialistas em emissões como Kevin Anderson (entre outros), do Centro Tyndall, foi tanto o carbono que se permitiu acumular na atmosfera ao longo das duas últimas décadas que agora a nossa única esperança de manter o aquecimento abaixo da meta acordada internacionalmente de 2 °C é, no caso dos países ricos, reduzir as emissões algures na ordem dos 8%-10% ao ano.<sup>27</sup> O mercado «livre» pura e simplesmente não é capaz de o fazer. Com efeito, este nível de redução das emissões aconteceu apenas no contexto de colapso económico ou depressões profundas.

No capítulo 2 analisarei de forma mais aprofundada esses números, mas o que importa é o seguinte: o nosso sistema económico e o nosso sistema planetário estão atualmente em guerra. Ou, mais precisamente, a nossa economia está em guerra com muitas formas

de vida na Terra, incluindo a vida humana. Aquilo que o clima precisa para evitar o colapso é uma contração no uso dos recursos por parte da humanidade; aquilo que o nosso modelo económico exige para evitar o colapso é expansão sem limites. Apenas um destes conjuntos de regras pode ser alterado, e não é, de certeza, o conjunto das leis da natureza.

Felizmente, é perfeitamente possível transformar a nossa economia de modo a exigir menos recursos e fazê-lo de formas que sejam equitativas, protegendo os mais vulneráveis e fazendo que os mais responsáveis arquem com o maior fardo. Os setores das nossas economias com baixas emissões de carbono podem ser incentivados a expandir-se e a criar empregos, enquanto os setores com altas emissões de carbono são incentivados a contrair. O problema, porém, é que esta escala de planeamento e gestão económica se situa completamente fora das fronteiras da nossa ideologia reinante. O único tipo de contração que o nosso sistema atual é capaz de gerir é uma queda brutal, na qual os mais vulneráveis serão quem mais irá sofrer.

Assim, estamos perante um dilema: permitir que a perturbação climática mude tudo o que conhecemos no nosso mundo, ou mudar praticamente tudo na nossa economia para evitar esse destino. Mas temos de ser muito claros: devido às décadas que passámos em negação coletiva, já não dispomos de opções graduais e incrementais. Pequenos ajustes ao *statu quo* deixaram de ser uma opção climática quando sobredimensionámos o sonho americano na década de 1990 e, em seguida, passámos a aplicá-lo ao nível global. E já não são só os radicais que preconizam a necessidade de uma mudança radical. Em 2012, 21 vencedores do prestigiado Prémio Planeta Azul — um grupo que inclui James Hansen, ex-diretor do Instituto Goddard de Estudos Espaciais, da NASA, e Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega — foram autores de um relatório de referência. Declarava-se aí: «Perante uma emergência absolutamente sem precedentes, a sociedade não tem outra alternativa senão tomar medidas drásticas para evitar o colapso da civilização. Ou mudamos a nossa maneira de ser e construímos uma sociedade global completamente nova, ou ela será mudada à força.»<sup>28</sup>

É duro de aceitar para muitas pessoas em posições importantes, uma vez que desafia algo que poderá ser mesmo mais poderoso do

que o capitalismo, e que é o fetiche do centrismo — da razoabilidade, da seriedade, da divisão do bolo e, de um modo geral, não se deixar entusiasmar demasiado com nada. Este é o hábito de pensamento que rege verdadeiramente a nossa época, muito mais entre os progressistas que se preocupam com questões de política climática do que entre os conservadores, muitos dos quais pura e simplesmente negam a existência da crise. As alterações climáticas constituem um desafio profundo para este centrismo cauteloso, porque já não se vai lá com meias medidas: programas do tipo «todas as fontes de energia», como o presidente norte-americano Barack Obama descreve a sua abordagem, têm tantas hipóteses de sucesso como uma dieta em que se consumam «todos os alimentos», e os prazos rígidos impostos pela ciência exigem que fiquemos muito nervosos.

Ao apresentar as alterações climáticas como uma batalha entre o capitalismo e o planeta, não estou a dizer nada que já não saibamos. A batalha já está em curso, mas de momento o capitalismo leva a melhor sem grande esforço. Vence sempre que a necessidade de crescimento económico é usada como pretexto para adiar mais uma vez a ação climática ou para quebrar os compromissos já assumidos em matéria de redução de emissões. Vence quando dizem aos Gregos que a única saída da crise económica é abrirem os seus belos mares à perfuração de alto risco de petróleo e gás. Vence quando dizem aos Canadianos que a única esperança de não acabarmos como a Grécia é permitir que as nossas florestas boreais sejam abatidas, de modo a termos acesso ao betume semissólido das areias betuminosas de Alberta. Vence quando um parque em Istambul é marcado para demolição para dar lugar a mais um centro comercial. Vence quando dizem aos pais em Pequim que mandar os filhos com pieira para a escola com máscaras antipoluição decoradas de modo a parecerem personagens de banda desenhada engraçadas é um preço aceitável pelo progresso económico. Vence sempre que aceitamos que só dispomos de más opções: austeridade ou extração, envenenamento ou pobreza.

Assim, o desafio não reside simplesmente no facto de necessitarmos de gastar muito dinheiro e mudar muitas políticas; reside no facto de termos de pensar de maneira diferente, radicalmente diferente, para que essas mudanças sejam remotamente possíveis.

De momento, o triunfo da lógica de mercado, com a sua ética do domínio e da concorrência feroz, está a paralisar quase todos os esforços sérios para responder às alterações climáticas. A concorrência feroz entre nações deixou as negociações climáticas da ONU num impasse durante décadas: os países ricos fazem finca-pé e declaram que não reduzem as emissões para não arriscarem perder a sua posição confortável na hierarquia global; os países mais pobres declaram que não abdicam do direito de poluir tanto como os países ricos fizeram na senda da riqueza, mesmo que isso signifique agudizar um desastre que afeta sobretudo os pobres. Para que alguma coisa mude, terá de surgir uma visão do mundo que considere a natureza, as outras nações e os nossos próprios vizinhos não como adversários mas sim como parceiros num projeto grandioso de reinvenção mútua.

Se isto já de si é uma grande tarefa, está a ficar ainda maior. Dados os nossos infindáveis adiamentos, temos de realizar esta transformação maciça sem demora. A Agência Internacional de Energia adverte que, se não controlarmos as nossas emissões até 2017, o que é bastante assustador, a nossa economia de combustíveis fósseis irá «aprisionar» um aquecimento extremamente perigoso. «As infraestruturas energéticas então em funcionamento irão gerar todas as emissões de CO<sub>2</sub> permitidas» no nosso orçamento do carbono com vista a limitar o aquecimento a 2 °C — «não deixando espaço para mais centrais elétricas, fábricas e outras infraestruturas, a menos que tenham teor zero de carbono, o que seria extremamente dispendioso.» Parte-se assim do princípio, porventura acertadamente, de que os governos não estariam dispostos a forçar o encerramento de centrais elétricas e fábricas ainda lucrativas. Tal como Fatih Birol, economista-chefe da AIE, afirmou sem rodeios: «A porta para atingir os 2 °C está prestes a fechar-se. Em 2017 estará fechada para sempre.» Resumindo, chegámos àquilo que alguns ativistas começaram a designar por «Década Zero» da crise climática: ou mudamos agora ou perdemos a nossa oportunidade.<sup>29</sup>

Tudo isto significa que as habituais garantias do mercado livre — A solução tecnológica está para breve! O desenvolvimento sujo é meramente uma fase no caminho para um ambiente limpo, veja-se



o caso de Londres no século XIX! — pura e simplesmente não fazem sentido. Não temos um século para que a China e a Índia ultrapassem as respectivas fases dickensianas. Como desperdiçamos décadas, chegou a hora de dar volta à situação, e já. É possível? Claro. É possível sem desafiar a lógica fundamental do capitalismo desregulado? Nem pensar.

Uma das pessoas que conheci nesta viagem e que irá conhecer nestas páginas é Henry Red Cloud [Nuvem Vermelha], um educador e empreendedor lakota que forma jovens nativos americanos para se tornarem engenheiros solares. Ele diz aos seus alunos que há alturas em que temos de aceitar pequenos passos em frente — e há outras «em que temos de correr como um búfalo».<sup>30</sup> Esta é uma dessas alturas em que temos de correr.

## Poder, não apenas energia

Recentemente fiquei impressionada com uma espécie de *mea culpa* da autoria de Gary Stix, editor-chefe da revista *Scientific American*. Em 2006, publicou um número especial sobre respostas às alterações climáticas e, à semelhança da maior parte dos esforços do género, os artigos concentravam-se estritamente em divulgar empolgantes tecnologias com baixas emissões de carbono. Porém, em 2012, Stix escreveu que tinha descurado uma parte muito maior e mais importante da história — a necessidade de criar um contexto social e político no qual estas mudanças tecnológicas tivessem alguma hipótese de destronar o tão lucrativo *statu quo*. «Se alguma vez quisermos fazer face às alterações climáticas de forma fundamental, é nas soluções radicais do lado social que temos de nos concentrar. A eficiência relativa da próxima geração de células solares é, comparativamente, o que menos importa.»<sup>31</sup>

Este livro é sobre essas mudanças radicais do lado social, bem como do lado político, económico e cultural. O que me preocupa não é tanto a mecânica da transição — a mudança da energia suja para a energia verde, de automóveis com um único passageiro para os transportes públicos, de cidades-dormitório dispersas para cidades densas e onde se pode caminhar — mas sim as barreiras de

poder e ideológicas que até ao momento impediram que qualquer destas soluções há muito entendidas fosse implementada numa escala próxima da da que é exigida.

Parece-me que o nosso problema tem muito menos que ver com a mecânica da energia solar do que com a política do poder humano — em particular, se pode haver uma mudança em quem o exerce, um desvio das empresas para as comunidades, o que, por sua vez, depende do facto de o grande número de pessoas que no nosso sistema atual está a fazer um péssimo negócio é ou não capaz de construir uma força social decidida e suficientemente diversificada de modo a mudar o equilíbrio de poder. Durante a pesquisa para este livro, fiquei igualmente a perceber que a mudança vai exigir que repensemos a própria natureza do poder da humanidade — o nosso direito de extrair cada vez mais sem enfrentar as consequências, a nossa capacidade de moldar sistemas naturais complexos de acordo com a nossa vontade. Trata-se de uma mudança que contesta não só o capitalismo como também os alicerces do materialismo que precedeu o capitalismo moderno, uma mentalidade que algumas pessoas designam por «extrativismo».

Subjacente a tudo isto, está a verdade que temos andado a evitar: as alterações climáticas não são mais uma «questão» a juntar à lista de coisas com que nos devemos preocupar, a par dos cuidados de saúde e dos impostos. São uma chamada de atenção civilizacional. Uma mensagem poderosa — transmitida na linguagem dos incêndios, cheias, secas e extinções — que nos diz que precisamos de um modelo económico totalmente novo e de uma nova forma de partilhar este planeta. Que nos diz que temos de evoluir.

## Acabar com a negação

Há quem diga que não há tempo para esta transformação, que a crise é demasiado premente e que o relógio não para. Concorro que seria imprudente afirmar que a única solução para esta crise é revolucionar a nossa economia e reformar a nossa visão do mundo a partir do zero — e qualquer coisa menos que isso não vale a pena. Há todo o tipo de medidas que iriam reduzir substantivamente as emissões

que poderiam e deveriam ser tomadas de imediato. Mas não estamos a tomá-las, pois não? Essa circunstância deve-se ao facto de, ao não travarmos estas grandes batalhas que se destinam a mudar o nosso rumo ideológico e a mudar o equilíbrio de quem detém o poder nas nossas sociedades, ter vindo a ser lentamente criado um contexto em que qualquer resposta musculada às alterações climáticas parece ser politicamente impossível, sobretudo em tempos de crise económica (o que, nos últimos tempos, parece ser uma constante).

Assim, este livro propõe uma estratégia diferente: pensar em grande, ir ao fundo da questão e afastar o polo ideológico para longe do asfixiante fundamentalismo de mercado, que se tornou o maior inimigo da saúde planetária. Se conseguirmos mudar o contexto cultural, nem que seja um bocadinho, teremos alguma margem de manobra para essas políticas reformistas sensíveis, as quais, pelo menos, colocarão os números relativos ao carbono atmosférico no bom caminho. E como as vitórias são contagiosas, quem sabe? Talvez daqui a alguns anos, algumas das ideias em destaque nestas páginas e que hoje soam impossivelmente radicais — como um rendimento básico para todos ou uma reformulação do direito comercial, ou o reconhecimento efetivo dos direitos dos povos indígenas de proteger grandes partes do mundo da extração poluidora — comecem a parecer razoáveis, quiçá essenciais.

Durante um quarto de século, tentámos a abordagem da mudança incremental delicada, procurando moldar as necessidades físicas do planeta à necessidade do nosso modelo económico de crescimento constante e de novas oportunidades de fazer lucro. Os resultados foram desastrosos, deixando-nos a todos numa situação muito mais perigosa do que quando a experiência começou.

Não há, obviamente, quaisquer garantias de que uma abordagem mais sistémica seja mais bem-sucedida — embora haja, como veremos mais tarde, precedentes históricos que são motivo de esperança. A verdade é que este é o livro mais difícil que alguma vez escrevi, precisamente porque a pesquisa me levou a procurar as tais respostas radicais. Não tenho dúvidas de que são necessárias, mas todos os dias questiono a sua exequibilidade política, sobretudo porque as alterações climáticas nos colocam num prazo apertado e impiedoso.

Foi um livro muito difícil de escrever também por razões pessoais.

O que mais me afeta não são os estudos científicos sobre os glaciares que estão a derreter, aqueles que eu costumava evitar. São os livros que lia ao meu filho de 2 anos. *Looking for a Moose* é um dos meus preferidos. É sobre um grupo de miúdos que querem, mas querem mesmo muito, ver um alce. Procuram em todo o lado — numa floresta, num pântano, em arbustos silvestres e no cimo de uma montanha — «um alce de pernas altas, nariz batatudo e hastes frondosas». A piada está no facto de haver alces escondidos em todas as páginas. No final, os animais saem todos do esconderijo e os miúdos contentíssimos declaram: «Nunca vimos tantos alces!»

À septuagésima quinta leitura ou assim, fez-se luz: o meu filho poderia nunca mais ver um alce. Tentei manter a calma. Voltei para o meu computador e comecei a escrever sobre o tempo que passara no norte de Alberta, no país das areias betuminosas, onde os membros da nação Cree de Beaver Lake me tinham contado como o alce mudara — uma mulher contou que tinha matado um alce durante uma caçada e descobriu que a carne já estava esverdeada. Ouvi igualmente muitas histórias sobre estranhos tumores nos alces, que os habitantes presumiram ter que ver com o facto de os animais beberem água contaminada por toxinas das areias betuminosas. Mas ouvi sobretudo histórias sobre como o alce simplesmente desaparecera.

E não apenas em Alberta. «Alterações climáticas rápidas transformam North Woods no cemitério dos alces», pode ler-se numa manchete de maio de 2012 da revista *Scientific American*. Ano e meio mais tarde, o *New York Times* relatava que uma das duas populações de alces do Minnesota baixara de 4 mil na década de 1990 para apenas 100 nos dias de hoje.<sup>32</sup>

Será que ele alguma vez iria ver um alce?

Depois disso, no outro dia, fiquei de rastos com um livro em miniatura chamado *Snuggle Wuggle*. Mete animais diferentes a abraçarem-se e a cada posição é dado um nome ridiculamente parvo: «Como é que um morcego abraça?» pergunta. «De pernas

para o ar, de pernas para o ar.» Por alguma razão, o meu filho escangalha-se sempre a rir com esta página. Eu explico-lhe que isso significa que estão de cabeça para baixo, porque é assim que os morcegos dormem.

Porém, a única coisa em que eu conseguia pensar era no relato de cerca de 100 mil morcegos mortos e moribundos a chover do céu no meio de um calor recorde que se abateu sobre parte de Queensland, na Austrália. Colónias inteiras arrasadas.<sup>33</sup>

Será que ele alguma vez iria ver um morcego?

Soube que estava em maus lençóis quando um dia dei por mim a duvidar do que havia de fazer em relação a estrelas-do-mar. As vermelhas e as lilases são omnipresentes na costa rochosa da Colúmbia Britânica, onde os meus pais vivem, onde o meu filho nasceu e onde eu passei cerca de metade da minha vida adulta. Fazem as delícias das crianças, porque podemos pegar com cuidado numa e dar uma boa olhadela. «É o melhor dia da minha vida!», declarou a minha sobrinha de 7 anos, Miriam, que viera de Chicago visitar-nos, após uma longa tarde passada nas poças da maré.

Porém, no outono de 2013, começaram a surgir histórias sobre uma estranha doença emaciante que estava a fazer que as estrelas-do-mar ao longo da costa do Pacífico morressem às dezenas de milhares. Denominado «síndrome emaciante da estrela-do-mar», múltiplas espécies estavam a desintegrar-se vivas, os corpos vibrantes a liquefazer-se em globos distorcidos, com os tentáculos a cair e os corpos a ceder. Os cientistas estavam perplexos.<sup>34</sup>

Enquanto lia estas histórias, dei por mim a rezar para que os invertebrados se aguentassem só mais um ano — o suficiente para o meu filho ficar maravilhado com eles. Depois fiquei com dúvidas: talvez seja melhor que ele nunca veja uma estrela-do-mar — não com aquele aspeto...

Quando esse tipo de medo se esgueirava por entre a minha armadura de negação das alterações climáticas, eu fazia o possível e o impossível para o pôr para trás das costas, mudar o canal, passá-lo à frente. Agora procuro senti-lo. Parece-me que o devo ao meu filho, tal como todos o devemos a nós próprios e uns aos outros.

Mas o que devemos fazer com este medo que advém de viver num planeta que está a morrer, a ficar menos vivo a cada dia que

passa? Em primeiro lugar, aceitar que não vai desaparecer. É uma reação plenamente racional à realidade insuportável de que vivemos num mundo moribundo, um mundo que muitos de nós estamos a ajudar a matar, através de coisas como fazer chá e ir de carro à mercearia e sim, pronto, ter filhos.

A seguir, aproveitá-lo. O medo é uma reação de sobrevivência. O medo faz-nos correr, faz-nos saltar, pode fazer-nos agir como se possuíssemos uma força sobre-humana. Porém, precisamos de um sítio para onde correr. Sem isso, o medo é somente paralisante. Portanto, o truque, a única esperança, é permitir que o terror de um futuro sem condições de vida seja equilibrado e amenizado pela perspectiva de construir algo muito melhor do que muitos de nós se atreveram a esperar.

Sim, iremos perder algumas coisas, luxos de que alguns de nós teremos de abdicar, indústrias inteiras que irão desaparecer. E é demasiado tarde para parar as alterações climáticas; elas já aí estão e, façamos o que fizermos, avizinham-se catástrofes cada vez mais violentas. Mas não é tarde demais para evitar o pior e ainda há tempo para mudarmos, de modo a sermos muito menos cruéis uns para os outros quando essas catástrofes acontecerem. E isso quer-me parecer que é muito meritório.

Porque o que uma crise desta dimensão, tão abrangente, tem é o facto de mudar tudo. Muda o que podemos fazer, o que podemos esperar, o que podemos exigir de nós próprios e dos nossos governantes. Significa que há muitas coisas que nos disseram ser inevitáveis que, pura e simplesmente, não se podem manter. E significa que muitas coisas que nos disseram ser impossíveis têm de acontecer de imediato.

Será que conseguimos? A única coisa que sei é que nada é inevitável. Nada com exceção do facto de as alterações climáticas mudarem tudo. E, por um período muito breve, a natureza dessas alterações ainda está nas nossas mãos.